

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL, FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO NÚCLEO XXXXXXXX/DF.

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG n.º XXXXXX SSP/CE e do CPF. N.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX - DF, Cep: XXXXXXXX - telefone n.º XXXXXXXX e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da RG n.º XXXXXXXX SSP/CE e do CPF n.º XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada à XXXXXXXXXXXXX - DF, XXXXXXXX, CEP telefone n.º XXXXXXXX, vêm, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXXXXX** (parágrafo único do artigo 16 da Lei n.º 1060/50 e inciso III, do artigo 4º da Lei Complementar n.º 80/94) e com fundamento no artigo 1580, §2º, do Código Civil, propor a presente

AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL

pelas razões de fato e de direito que se seguem:

I - DO MATRIMÔNIO

Os cônjuges casaram-se aos XX/XXX/XXXX, sob o regime da *comunhão universal de bens*, conforme cópia da certidão de casamento registrada no XXXX Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos Cartório XXXXXXXXXX em anexo.

Conforme sentença datada de XX.XX.XXXX, o casal separou-se litigiosamente. Todavia, nos termos da sentença proferida em XX de XXXXX de XXXX, o casal reconciliou-se e foi restabelecida a sociedade conjugal (conforme documentos em anexo).

Pouco tempo depois, ou seja, desde XXXX de XXXXXX, o casal separou-se de fato e permanece assim até os dias de hoje. Agora, de comum acordo, desejam por fim ao casamento.

II- DOS FILHOS

Da união não adveio nenhum filho.

III - DOS BENS

Inexistem bens a serem partilhados.

IV - DOS ALIMENTOS AOS CÔNJUGES

As partes acordaram que será descontado X% (XXXXXXXXXX) do salário bruto do cônjuge varão (excluídos da base de cálculo apenas os eventuais descontos legais), a título de pensão de alimentos, quantia que deverá ser depositada na conta poupança nº XXXXXXXXX todo último dia útil de cada mês, a contar do mês de XXXX de XXXX, cujo termo final foi estabelecido para XX/XX/XXXX.

V - DO NOME DA MULHER

A requerida, após a sentença que decretar o divórcio do casal, pretende voltar a usar o seu nome de solteira, ou seja, Fulano de tal.

DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por serem juridicamente pobres nos termos da Lei n.º: 1.060/50;
- b) a intimação do Ministério Público, para atuar no feito na forma da lei;
- c) que seja oficiado ao Instituto de Previdência dos Servidores do XXXXXXXX, localizado no XXXXXXXX- DF, CEP XXXXXXXX para que proceda os descontos do pensionista na forma acima mencionada, e faça o depósito na conta poupança nº XXXXXXXXXXXX todo último dia útil do mês, a contar do mês de XXXXX de XXXX até XX/XX/XXXXX.
- d) a procedência do pedido decretando-se, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de Registro Civil, para fins de averbação, encaminhando-o com observância do termo expostos no item V.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admissível.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXX
(XXXXXXXXXXXX).

Nestes termos, pedem deferimento.

XXXXXXX - DF, XX de XXXXXXXX de
XXXXXXX.

Fulano de tal

Fulano de tal

DEFENSORA PÚBLICA